



Assessoria da Regionalização

## Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I

### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2020

1 Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às dez horas e dez minutos, deu-  
2 se início, através da plataforma Zoom de videoconferências, a sétima reunião Ordinária CIR da  
3 Metropolitana I. Presença dos membros da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES):  
4 **Representante de Nível Central:** Sra. Monica Almeida – Assessora de Planejamento, Sra. Rafaela  
5 Almeida – apoiadora da região, Sra. Patrícia Vanda dos Santos Rocha – Secretária Executiva CIR  
6 Metropolitana I, Sra. Sidnéa Alvim da Silva – Assistente SE/CIR; Sra. Leila Adesse - coordenadora,  
7 Sra. Rita Padilha e Sra. Thais Vidaurre, todas componentes da Coordenação da Saúde da Mulher;  
8 Sra. Carolina Lazzarotto – Planejamento/SES; Sra. Dayanne Silva de Lucena – SAPS/SES e Sra.  
9 Ana Rigato. **Representante NDVS -** Sra. Maria Adelaide Menezes e Sra. Heloiza Helena Morelli.  
10 **Representantes do COSEMS** – Sra. Maria de Fatima Rezende – Apoiadora e Sr. Luli Paiva.  
11 **Representante CISBAF** – Sra. Rosangela Belo e Sra. Marcia Cristina Ribeiro de Paula.  
12 **Representantes dos GTs - Saúde do trabalhador** - Sra. Lucia Cruz e Sra. Débora Lopes; **RCPD** -  
13 Sra. Maria Aparecida Vidon; **Regulação** - Sra. Maria Fabiana; **CIES** – Sr. Tony Ferreira.  
14 **Residentes:** Sra. Sophia Rosa e Sofia Collet. **Representantes das Secretarias Municipais de**  
15 **Saúde: SMS Belford Roxo** – Suplente Sra. Marta Regina G. Tenório e Sra. Marcia Cristina  
16 Tenório; **SMS Duque de Caxias** – Suplente Sr. Hélio Gouveia; **SMS Itaguaí** – Suplente Sra. Dulce  
17 Maria Inoue – Diretora de Planejamento; **SMS Japeri** – Suplente Sr. Elizeu Veiga de Azevedo –  
18 Subsecretário; **SMS Mesquita** – Suplente Sra. Gizele Porto – Assessora de Gabinete; **SMS**  
19 **Nilópolis** – Sra. Bruna Arcas - Assistente; **SMS Nova Iguaçu** – Suplente Sr. Carlos Alberto Souza  
20 – Subsecretário; **SMS Queimados** – Sra. Maria Betânia Pessoa; **SMS Rio de Janeiro** - Suplente  
21 Sra. Lúcia Zimbardi – Assessora Especial. Os municípios de Magé, São João de Meriti e Seropédica  
22 não enviaram representantes. A Sra. Monica inicia a reunião conforme a pauta. **I – Apresentação** –  
23 **1. Financiamento Federal da APS – COSEMS** - O Sr. Luli esclarece que a apresentação vem  
24 como resposta a muitas ações e análises feita pelo COSEMS e SES, sobre as mudanças do  
25 financiamento da Atenção Básica, desde o ano passado. O Ministério da Saúde foi questionado e os  
26 municípios discutiram especificamente. Deliberação conjunta foi emitida solicitando  
27 prolongamento dos prazos devido à pandemia, a fim de estabelecer o melhor entendimento. O  
28 assunto foi retomado chegando a essa apresentação que contém os dados, baseados no que  
29 efetivamente, os municípios estão recebendo e o impacto financeiro recebido dos componentes,  
30 para os anos de dois mil e vinte e, dois mil e vinte um. Dentre as mudanças a forma de captação de  
31 informação para pagamento foi alterado de dois fundos para três componentes: Capitação  
32 Ponderada - que viabiliza a maior parte do fluxo dos recursos; Desempenho - que substitui o PMAQ  
33 e, Ações estratégicas - que movimentam os programas. Ressaltou que o número de cadastro válidos  
34 inseridos no sistema é que viabiliza o ganho de recursos pelo principal Componente, fazendo com  
35 que o cidadão tenha importância central. Quanto aos cadastros, a região tem hoje, trinta e três,  
36 vírgula, sessenta e nove por cento da população inserida no sistema. Os municípios que não  
37 atingisse setenta e cinco por cento do cadastro em potencial (número de pessoas que o município  
38 pode receber, calculado sobre o número de equipes) cadastrados até abril teriam trinta por cento da

**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2020**

39 verba deduzida na próxima competência. Entretanto, houve nova portaria que prorrogou o prazo até  
40 agosto. A meta não atingida implica nos trinta por cento deduzido. Foi demonstrado na  
41 apresentação quanto falta para cada município atingir o seu cadastro em potencial e poder receber,  
42 sob esse número, o máximo do componente. Apresentou as regras de transição e demonstrou como  
43 foram feitos os cálculos do impacto financeiro. De acordo com os estudos feitos os municípios terão  
44 perdas para o ano de dois mil e vinte um. Esse cenário é o que foi observado no momento referente  
45 ao financiamento da APS. SES e COSEMS estão trabalhando para reverter o quadro, visto que ele  
46 prefigura desde dezembro do ano passado na Baixada Fluminense. Conclui dizendo que a pandemia  
47 é um fator agravante na busca de solução. Sugere que os municípios informem suas dificuldades, a  
48 fim de complementar os argumentos que estão sendo considerados para sensibilização do CONAS e  
49 CONASEMS, entendendo que a política de cadastro não será alterada, sendo ele peça fundamental  
50 no processo de alcance de recursos. A Sra. Fatima Rezende diz que o relato da situação municipal  
51 deve ser minucioso e se devem acelerar as questões que cabem para que os cadastros possam ser  
52 efetuados, mesmo sabendo das peculiaridades de cada município e dos efeitos da pandemia. A Sra.  
53 Dayanne corrobora com os relatos anteriores e diz que os cadastros antigos também precisam ser  
54 revistos para atualização dos dados e complementação de informação e sugere atenção na inclusão  
55 dos novos. Ressaltou a violência como ponto relevante para efetivação de ações de saúde. A  
56 apresentação será encaminhada via e-mail a todos os membros. **II – Pactuação – 1. Grade de  
57 referência da Rede de cuidados com a pessoa com deficiência da RM1 - 2. Planilha de pleitos  
58 do Plano Regional da Pessoa com Deficiência da RM1** – A Sra. Patrícia esclarece que os dois  
59 pontos destacados constam do plano de ação da Rede de Cuidado da Pessoa com Deficiência. O GT  
60 da região está fazendo a atualização do plano. A grade de referência e o escalonamento foram  
61 modificados e carecem da aprovação da plenária, a fim de serem encaminhados a área técnica e  
62 pactuação em CIB, até setembro, visto que foi discutida e avaliada nas reuniões do GT. Ressalta  
63 que os municípios do estado do Rio de Janeiro, interessados no atendimento da ABBR, deverão  
64 realizar remanejamento de PPI com o município do Rio de Janeiro. Os municípios deverão definir  
65 número de pacientes que serão encaminhados a oficina ortopédica, para dispensação de OPM física.  
66 A planilha de pleitos trata das prioridades de serviços na região definidos no plano, a fim de  
67 sinalizar para o M.S. o desejo da região, de qual serviço e município estão mais estruturados para  
68 adequação do recurso. Os municípios de Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti e Itaguaí,  
69 nessa ordem, foram estabelecidos para construção de CER; para habilitação de CER - Nova Iguaçu  
70 e Rio de Janeiro; para construção de oficina ortopédica – Duque de Caxias e Belford Roxo; para  
71 ampliação de serviço e aquisição de equipamento – Nova Iguaçu. Foi solicitado por e-mail, aos  
72 técnicos que encaminhem as justificativas de solicitação de CER para serem incluídas no plano. A  
73 Sra. Lídia informa que o município do RJ não irá pactuar referencia para ABBR, sem que a PPI, dos  
74 municípios, que serão beneficiados, possam estar alocados no município do RJ. O orçamento do  
75 município não será comprometido para esse fim, tendo em vista que a instituição é privada, possui  
76 apenas habilitação motora e não aceita sugestão de qualquer implementação. É uma instituição

**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2020**

77 renomada, mas que não cumpri com os termos da pactuação. Reafirma que o município do RJ não  
78 tem condições de pagar o atendimento de livre demanda aceita pela ABBR. Declara que o assunto  
79 vem sendo discutido desde o ano passado com a área técnica estadual sem solução. O plano não  
80 pode ser pactuado apenas para cumprir prazo. A rede não pode ser pactuada no compromisso de  
81 atender sem que haja recurso. A sra. Monica resume dizendo que o prazo para encaminhamento do  
82 plano para o MS é final de setembro. O GT regional está trabalhando para atualização do plano,  
83 portanto os municípios interessados no atendimento da ABBR estão cientes que tal atendimento se  
84 dará mediante PPI e deverão organizar e informar sua demanda, para esse fim. A sra. Aparecida  
85 Vidon confirma a ciência do fato junto aos membros do GT. A apresentação da planilha de  
86 referência e escalonamento de prioridade são para pactuação e composição do plano, incluindo a  
87 observação do atendimento na ABBR por PPI. O assunto foi considerado pactuado. **3.**  
88 **Descredenciamento e desabilitação da CDR – Clínica de doenças Renais LTDA – Centro**  
89 **(CNES: 5309786) – Processo nº: 09/002328/2019. 4. Descredenciamento e desabilitação do**  
90 **SASE – Serviço de Assistência Social Evangélico (CNES: 4046234) – Processo nº:**  
91 **09/001465/2019 – Sem oposição os descredenciamentos foram considerados pactuados. 5.**  
92 **Solicitação de Habilitação de serviços no Hospital Adão Pereira Nunes – Município de Duque**  
93 **de Caxias: Unidade Assistência em Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e**  
94 **Enteral/Parenteral (SEI 080001/016353/2020); Leitos de UTI Adulto Tipo II (SEI**  
95 **080001/016350/2020); Unidade de Assistência em Geração de Alto Risco - GAR II (SEI-**  
96 **080001/016352/2020); Unidade Assistência de Alta Complexidade em**  
97 **Neurologia/Neurocirurgia(SEI-080001/016328/2020); Leitos de UTI Pediátrica, Tipo II (SEI-**  
98 **080001/016325/2020); Unidade Assistência em Alta Complexidade ao Indivíduo com**  
99 **Obesidade (SEI-080001/016330/2020); Unidade Assistência em Alta Complexidade em**  
100 **Traumatologia e Ortopedia (SEI 080001/016324/2020) – O Sr. Hélio esclarece que com a atual**  
101 **gestão do município de Duque de Caxias no HEAPN observou-se a necessidade da habilitação dos**  
102 **leitos. Informa que serão sete procedimentos na terapia nutricional enteral e enteral/parenteral;**  
103 **setenta leitos de UTI adulto; onze leitos de UTI pediátrica, além do atendimento ao GAR,**  
104 **neurologia, cirurgia bariátrica e atendimento ao traumato ortopedia. Confirma que a unidade possui**  
105 **profissionais e estrutura para tal atendimento e visa habilitação para o faturamento adequado. A sra.**  
106 **Monica esclarece que dos sete pontos apresentados cinco possuem processo em andamento, com**  
107 **pendências que tramitam há algum tempo. Dois são processos novos de habilitação. Considerando a**  
108 **condição diferenciada do HEAPN, em que há um convênio de gestão provisória entre a SES e o**  
109 **município de Duque de Caxias, por sessenta dias, podendo ser renovado pelo mesmo período, a**  
110 **SES/RJ orienta que o pedido seja encaminhado a SGAIS/SES para avaliação, tendo em vista ser**  
111 **essa a subsecretaria que vai gerenciar o convenio, com uma comissão específica de monitoramento**  
112 **e acompanhamento, nesse período. Portanto a subsecretaria fará a tramitação pertinente para**  
113 **conclusão dos pedidos. 6. Solicitação de realocação de teto MAC de Obstetrícia para o**  
114 **Município de Queimados – A sra. Monica esclarece que foram feitas reuniões durante o mês de**

**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2020**

115 agosto com as áreas envolvidas. A área da saúde da mulher da SES fez o estudo sobre os recursos  
116 específicos em Nova Iguaçu e Fundo estadual. A sra. Betânia esclarece que a maternidade esteve  
117 fechada e o recurso foi suspenso. Entretanto a maternidade foi reaberta, por isso pede o retorno do  
118 recurso para o município, visando a manutenção da mesma. A sra. Thais compartilha as  
119 informações da SAECA que sistematizou os recursos de obstetrícia da Região em relação aos  
120 recursos de Queimados. Observou-se que o estado tem mais de oitocentos mil reais em recursos de  
121 obstetrícia, desde que a maternidade foi fechada. Nesse estudo foi identificado que a maternidade  
122 tem condições para atendimento de suas munições. O município de Nova Iguaçu tem alocado em  
123 seu teto cerca de setenta e nove mil reais de obstetrícia referente ao município de Queimados. O  
124 município de Japeri tem recursos no fundo estadual e, como sugestão da área técnica, poderá ser  
125 redirecionado para atendimento de paciente de risco habitual na maternidade de Queimados. Nestes  
126 dois casos deverá haver negociação prévia entre os municípios. A Sra. Fabiana, representante do  
127 município de Nova Iguaçu declara que o município não pactua o retorno dos valores enquanto não  
128 houver constatação do volume de atendimento tenha sido absorvido pela maternidade de  
129 Queimados. A sra. Lídia apoia que seja feito estudo de onde estão sendo feitos os partos das  
130 pacientes de Queimados. Fica pactuado o remanejamento do recurso alocado no fundo estadual para  
131 o teto de Queimados no valor de oitocentos e oitenta e um mil reais. O recurso alocado em Nova  
132 Iguaçu contará com um estudo que deve ser acompanhado pelos municípios envolvidos para  
133 avaliação posterior. Dessa forma os demais municípios podem se apropriar do estudo feito, para os  
134 ajustes necessários quanto ao modo e a capacidade de atendimento de cada um. A sra. Leila declara  
135 que o grupo condutor irá trabalhar no sentido de ajustar o fluxo de atendimento às pacientes de  
136 Japeri. Por isso pede que o monitoramento seja enviado também ao GC da Rede Cegonha. **7.**  
137 **Solicitação do município de Queimados em atendimento a Deliberação CIR M1 N° 43 de**  
138 **02/08/2017, em que pactua transferência de reserva técnica da SES/RJ para o município no**  
139 **valor de R\$ 250.000,00** - A sra. Monica esclarece que, de acordo com a SAECA, a área técnica da  
140 saúde da mulher e atenção especializada não tem governabilidade em deferir o pedido. O assunto  
141 foi deliberado por vontade da gestão, na época. A área técnica sugere que o pedido seja feito e  
142 tratado de Secretário municipal para secretário estadual solicitando a liberação dos recursos. A  
143 situação atinge a outros municípios que podem fazer a mesma solicitação. A CIR e SAECA não tem  
144 instrumento jurídico para demandar o assunto. **8. Triagem Neonatal/Teste do pezinho em tempos**  
145 **de pandemia** – A sra. Ana Rigato apresenta a situação da triagem neonatal/matriz biológica que é o  
146 teste do pezinho. Demonstra que está acontecendo problemas na cobertura da triagem e dificuldade  
147 na chegada das amostras coletadas nos centros de referências principalmente as que foram enviadas  
148 pelos correios. Desde março, devido às alterações da rotina das unidades de saúde, remanejamento  
149 de pessoal, agendamento de procedimentos, centralização ou redução das unidades de coleta, falta  
150 de profissionais, profissionais não capacitados e demora dos Correios aumentou as dificuldades em  
151 manter a cobertura do teste do Pezinho e o atendimento em tempo oportuno das crianças. Diversas  
152 ações foram feitas para minimizar os problemas, em parceria com todos os envolvidos. Ainda

**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2020**

153 assim, a coleta e chegada do material no Serviço de Referência em Triagem Neonatal no tempo  
154 preconizado precisam ser garantidos. Para tanto, pede pactuação da continuidade da coleta da  
155 triagem neonatal nos municípios a todos os recém-nascidos e, a garantia da entrega do material via  
156 portador semanalmente, entendendo o caráter essencial do exame, no serviço de referência em  
157 triagem – APAE, no município do Rio de Janeiro. O assunto foi considerado pactuado. **9. Vagas**  
158 **para os Cursos para qualificação de multiplicadores na saúde e metodologias aplicadas a**  
159 **educação permanente em saúde.** A sra. Marta esclarece que foi enviado a todos os representantes  
160 dos municípios da região, formulário de indicação para os cursos de qualificação de multiplicadores  
161 na saúde e metodologias aplicadas a educação permanente em saúde, após duas reuniões da CIES.  
162 Belford Roxo, Mesquita, Magé e Nova Iguaçu enviaram nomes. Os municípios que fizeram as  
163 indicações foram contemplados. Foram aceitas somente as indicações feitas nos formulários, tendo  
164 em vista o perfil do candidato avaliado e aprovado pelo gestor, chefia e o setor de educação  
165 permanente do município. Para o curso de metodologia aplicada a educação permanente foram  
166 indicados: Belford Roxo – Marta Regina Gonçalves Tenório; Magé – Erica Nildes dos Santos  
167 Pereira; Mesquita – Daniela Maria Araújo da Costa; Nova Iguaçu – Maria Fabiana da Silva Neves.  
168 Para o curso de qualificação de multiplicadores na saúde: Belford Roxo – Marta Cristina Tenório  
169 Freire e Ruth Andrea França dos Santos Rodrigues; Magé – Marilene Formiga Monteiro; Mesquita  
170 – Carine Alves Correa Gurjão. Belford Roxo e Magé excederam as indicações, entretanto os nomes  
171 ficarão como reserva, caso haja desistência ou haja vagas em outras regiões. A sra. Marta informa  
172 que a última reunião CIES contou com a presença do CISBAF que apresentou sua plataforma. A  
173 coordenação irá avaliar junto ao planejamento, proposta para utilização dessa plataforma nos cursos  
174 oferecidos na região, inclusive o município do RJ. Dessa forma constatou-se a resposta da  
175 comunicação entre esses entes discutida na plenária de julho. **III – Informes – 1. Remanejamento**  
176 **de PPI – Leitos Crônicos/ Município de Mesquita** – A sra. Gisele esclarece que o pedido é de  
177 remanejamento dos recursos de leitos crônicos alocados no município do Rio de Janeiro e  
178 realocando no município de Barra do Piraí. O município do RJ foi comunicado e respondeu  
179 positivamente descrevendo que tem dificuldade de atender aos municípios de seu território. Em  
180 contra partida o município de Barra do Piraí demonstrou a capacidade de absorver a demanda. **2.**  
181 **Solicitação de informe pela SES sobre termos de doação/cessão de equipamentos COVID-19 e**  
182 **veículos** – Essa foi uma solicitação do município de Nova Iguaçu – A sra. Monica informa que a  
183 Assessoria de Regionalização fez solicitação ao departamento de patrimônios e bens doados, a fim  
184 de obter esclarecimentos, entretanto não obteve resposta até o momento. Sugere que os municípios  
185 solicitem a SES, via ofício, respostas sobre esse problema. O sr. Carlos diz que os equipamentos  
186 entregues estão gerando conflito com as auditorias federais, tendo em vista não haver registros das  
187 doações. A defensoria pública do RJ está solicitando conta dos equipamentos entregues diretamente  
188 no HGNI. Bem como os equipamentos entregues para o SAMU e UPAS estaduais. O assunto foi  
189 formalizado para SES, diz o sr. Carlos. A sra. Monica diz que o ofício será rastreado para busca de  
190 solução junto a SES. A Sra. Patrícia informa que os outros municípios da região também tiveram o

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2020**

191 mesmo problema quanto aos equipamentos doados para UPAs. **3. Projeto de ampliação de 12**  
192 **Equipes de estratégia de Saúde da Família do Município de Itaguaí – 4. Questionário**  
193 **para diagnóstico acerca da estrutura de planejamento em saúde dos municípios do estado do**  
194 **Rio de Janeiro, em face da pandemia da Covid-19** – A sra. Monica esclarece que o COSEMS e a  
195 equipe da superintendência do MS, estão em parceria, projetando uma organização de apoio aos  
196 municípios para prestação de contas COVID-19, nos instrumentos de planejamento. Para isso foi  
197 elaborado questionário que orientará a equipe sobre o nível de dificuldade, demanda e necessidade  
198 de apoio. Ele também irá permitir a elaboração de encontros virtuais com os técnicos de  
199 planejamento municipais para também apoiar essa prestação de contas, tanto do plano de  
200 contingência quanto das despesas realizadas com os recursos financeiros, se possível, a partir da  
201 próxima semana. A resposta do questionário deverá ser enviada até o dia trinta e um. **5. Situação da**  
202 **demanda loco regional e acesso a procedimentos ambulatoriais e hospitalares especializados**  
203 **não Covid -19** – A assessora de regionalização solicita que a retomada dos procedimentos, rotinas e  
204 cirurgias eletivas suspensos pela pandemia devam ser descritas. Esses pontos devem ser avaliados  
205 internamente e descritos para uma conversa na próxima reunião. A sra. Fatima sugere que esse  
206 ponto seja investigado minuciosamente, visto que é assunto de relevância para cada ente. Sugere  
207 encontro com técnicos municipais para aprofundamento do assunto. **6. Taxa de ocupação dos**  
208 **leitos UTI COVID-19** – Esse tema foi pactuado em CIB como assunto que deve ser  
209 periodicamente informado nas reuniões. A ocupação dos leitos de UTI COVID-19 no E-SUS VE  
210 não está atendendo as expectativas de informação de qualidade. A solicitação é que os municípios  
211 atualizem a taxa de ocupação e repassem as informações. As informações são importantes para  
212 transparência para retratar a realidade dos leitos ocupados. Sem mais assuntos a Sra. Monica  
213 agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião às doze horas e dez minutos. Eu Sidnéa  
214 Alvim da Silva – Assistente da SE/CIR, lavrei a presente ata.